

DOI: 10.20396/lil.v46i46.8661633

## **PROPAGANDA IGUALDADE NA POLÍTICA: REFORMULAÇÃO E MEMÓRIA**

## **PROPAGANDA IGUALDADE NA POLÍTICA: REFORMULATION AND MEMORY**

**Eliana de Almeida\***

UNEMAT

**Wolber Sebastião Pereira\*\***

UNEMAT

**Resumo:** Neste texto, tomamos como material de análise o vídeo da primeira fase da campanha publicitária Mulheres na Política, da Justiça Eleitoral, mais precisamente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, denominado Igualdade na Política. A análise se fundamentará teoricamente na Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), conforme os estudos de Michel Pêcheux (2009), na França, e Eni Orlandi (2001, 2002, 2007), no Brasil. Tomamos a propaganda do TSE por sua materialidade significativa, para verificar como se dá o processo de reformulação, enquanto ruptura do discurso (estrutural e de memória), que significa por uma outra interdiscursividade, no caso, a propaganda sobre a posição da mulher num universo masculino.

**Palavras-chave:** Discurso, Propaganda, Reformulação.

**Abstract:** In this text, we take as the analysis material the video of the first phase of the advertising campaign Women in Politics, of Electoral Justice, more precisely of the Superior Electoral Court - TSE, called Equality in Politics. The analysis will be based theoretically on the French Line Discourse Analysis (AD), according to the studies of Michel Pêcheux (2009) in France, and Eni Orlandi (2001, 2002, 2007) in Brazil. We take the propaganda of the TSE for its materiality, to verify how the process of reformulation takes place, as a rupture of the discourse (structural and memory), which means by another

*interdiscursivity, in this case, the propaganda about the position of the woman in a universe male.*

**Keywords:** *Discourse, Propaganda, Reformulation.*

## **1. Introdução**

Neste texto, tomamos como material de análise o vídeo da primeira fase da campanha publicitária *Mulheres na Política*, da Justiça Eleitoral, mais precisamente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE<sup>1</sup>, denominado *Igualdade na Política*, e que foi veiculada em mídia televisiva nacional, em 2016. A análise se fundamentará teoricamente na Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), conforme os estudos de Michel Pêcheux (2009), na França, e Eni Orlandi (2001, 2002, 2007), no Brasil.

Essa campanha foi elaborada em atendimento à Lei das Eleições, para o pleito do ano de 2016, e foi composta de duas peças publicitárias constituídas de vídeo, áudio, banner, cartaz e folder cada uma delas. A primeira é denominada *Igualdade na Política*, a que propomos analisar, veiculada na mídia a partir de primeiro de abril de 2016, e a segunda, *A voz feminina precisa ser mais ouvida*, a partir de cinco de julho do mesmo ano.

A propaganda *Igualdade na Política* compõe-se de enunciados associados às imagens do vídeo, e além de narrados por locutores masculino e feminino, aparecem impressos sobre as imagens, projetando dois enunciados: o primeiro – a formulação – diz sobre a desigualdade da mulher em relação ao homem, e o segundo, que vamos chamar de reformulação, diz sobre a igualdade da mulher. Vale dizer que por um efeito visual um enunciado se reformula no outro, recorta diferentes regiões do interdiscurso. Ou seja, um enunciado recorta uma memória social da mulher como incapaz de assumir posições e/ou executar atividades que seriam exclusivas aos homens, e outro enunciado recorta uma outra memória discursiva da mulher como capaz de ocupar/executar essas mesmas posições, construindo outros sentidos para a mulher, e novas regularidades imagéticas e na língua.

Além da discursividade sobre a igualdade social e profissional, a peça publicitária produz efeitos de sentido para a igualdade política da mulher.

As relações históricas de desigualdade entre homens e mulheres não acontecem somente nessas dimensões – social, profissional e política –, mas por outras também, como o racismo e a opção sexual. As relações de desigualdades são construções históricas em que a mulher sempre foi colocada em situações de opressão, de discriminação, de subordinação, de falta de respeito, uma situação de total violação de direitos femininos. As lutas em busca da igualdade feminina aos homens têm tido conquistas, mas se caracterizam por questões mais amplas que as dificultam e passa pela construção de uma sociedade com mais respeito às diversidades, às liberdades e às diferenças sociais e econômicas.

Historicamente, o direito ao voto e a possibilidade de candidatar-se e ser eleita, em nível nacional, no Brasil, foi facultado às mulheres somente a partir de 1932<sup>2</sup>. Desde essa época, o número de eleitoras aumentou significativamente, facultando atualmente os mesmos direitos tanto aos homens quanto às mulheres, mas o número de mulheres candidatas, ou das que ocupam cargos eletivos, encontra-se aquém do desejado.

A discursividade política dentro e fora dos espaços institucionais no Estado brasileiro, sobre a participação e atuação da mulher na política, ainda não significou a ocupação de cargos eletivos municipais, estaduais e federais pelas mulheres. Isso mesmo com o sistema de cotas implantado pela Lei nº 9.504/1997, Lei das Eleições, que nos artigos 10º, parágrafo 3º e 93-A, respectivamente, diz sobre o percentual que cada partido ou coligação deve preencher nas eleições proporcionais, e sobre o incentivo à participação das mulheres na vida pública, além de orientar sobre a formulação de propagandas institucionais em atendimento às “regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro”.

Apesar da luta das mulheres pelo direito ao voto e à participação na vida política do país, há pouca representatividade feminina nos cargos eletivos municipais, estaduais e federais. Esse lugar ainda é ocupado majoritariamente por homens, acontecimento que afeta o TSE que se viu na obrigação de incentivar o eleitorado feminino a se candidatar.

Esse incentivo, em 2016, se deu através da *Campanha Mulheres na Política*, pressupondo que com essa maciça propaganda na mídia, as mulheres mudariam a posição de eleitora para a de candidata e também para a de ocupante de cargos eletivos, como efeitos de sentido.

A partir de uma prática que não está plenamente instituída na política das mulheres brasileiras, nos fundamentamos nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (doravante AD), por considerar, como Orlandi (1995, p. 35), que “todo processo de produção de sentidos se constitui numa materialidade que lhe é própria”, pois é “na prática material significante que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente”. A partir deste lugar teórico, propomos analisar discursivamente (social e historicamente), como os materiais significantes – a linguagem verbal e a linguagem não-verbal que funcionam na propaganda –, mais especificamente com a materialidade verbal, produz pela reformulação dos enunciados na propaganda a memória discursiva sobre a mulher que constrói sua nova posição política, eleitoral e social.

Essa memória de igualdade da mulher não é fundada pelo discurso da propaganda, mas repete-se discursivamente toda vez que o dizer e as imagens do filme da propaganda são projetadas na mídia. Conforme Souza (2001, p. 70), “falar dos modos de significação implica também do trabalho de interpretação da imagem, procura-se entender tanto como ela se constitui em discurso, quanto ela vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos com textos verbais” .

Desse modo, tomamos a propaganda do TSE por sua materialidade verbal, para verificar como se dá o processo de reformulação, enquanto ruptura do discurso (estrutural e de memória), que significa por uma outra interdiscursividade, no caso, a propaganda sobre a posição da mulher num universo masculino. A materialidade não-verbal será descrita, mas nosso foco é analisar a reformulação pela materialidade verbal.

## **2. Os meandros da Análise de Discurso**

A Análise do Discurso surgiu dos estudos de Michel Pêcheux, na França, inicialmente como uma crítica ao logicismo e ao sociologismo aplicados à linguística, entre as décadas de sessenta e oitenta do século

XX, e foi revitalizada por Eni Orlandi, no Brasil, a partir da década de oitenta do mesmo século.

Conforme Orlandi (1999), o acontecimento da língua no homem, ou o acontecimento do discurso, ou ainda o acontecimento significativo tem como lugar fundamental e estruturante a subjetividade. Isso possibilita o deslocamento heurístico da noção de homem para a de sujeito, o que acarreta paralelamente os deslocamentos do sentido e da própria língua, posta em relação com a história, com as práticas sociais que se dão por discursividades pelas e nas formações discursivas.

A formação discursiva (FD), por sua vez, é definida por Pêcheux (2009, p. 147, grifos do autor) como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinado pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. Por sua vez Orlandi (2001, p. 43) afirma que a FD “se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”, ou seja, é na FD que os sentidos se constituem.

A FD, ainda conforme Pêcheux (2009, p. 148-149, grifos do autor):

*dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.*

esse “todo complexo com dominante” é chamado como interdiscurso, e as FDs são, então, o já-dito, ou já-significado, regiões do interdiscurso ou, conforme Orlandi (2001, p. 31),

o que fala antes em outro lugar e independentemente, uma memória pensada em relação ao discurso, memória discursiva que torna possível que os dizeres retornem sob a forma de pré-construídos, de dizíveis que sustentam cada tomada da palavra.

Assim, a determinação que possibilita o que pode ou deve ser dito traz o dizer como também determinado ideologicamente, determinado pelo já-dito, por uma historicidade discursiva que faz com que os sentidos produzidos também sejam uns e não outros, da ordem da memória afetada pelos esquecimentos que constituem os sujeitos e os sentidos, que estruturam o discurso. Ou seja, o esquecimento número um, o esquecimento ideológico, da ordem do inconsciente faz com que o sujeito tenha a ilusão de ser a origem do que diz, quando o dizer já recorta uma região do interdiscurso; e o esquecimento número dois, da ordem da enunciação, que produz a ilusão de que o sentido sempre é aquele que produzimos, e não outro.

Considerando essas premissas, neste texto, tomaremos a memória discursiva como interdiscurso, pois conforme Payer (2006, p. 36), “significando como interdiscurso a noção de memória atinge, portanto, a própria natureza da significação, enquanto produção de sentidos a partir das relações que se estabelecem entre enunciados, concernidos por condições de produção nas práticas discursivas”. A autora diz que assim a memória tange de perto a língua e a interpretação, e cita Orlandi quando diz que é preciso a intervenção da história na língua para fazer sentido, e a interpretação é garantida pela memória de arquivo e a memória constitutiva, o interdiscurso, sendo que a interpretação acontece entre uma e outra, e o dizer só faz sentido se recortar o repetível do interdiscurso.

Outros conceitos trabalhados por Payer (2006), Achard (2007) e Pêcheux (2007), quando se fala de memória, são a repetição e a regularidade. Sobre a repetição Payer (2006, p. 39) afirma:

[...] estamos ressaltando o quanto, ao se falar sobre a própria língua, enquanto produção humana, e sociohistórica, também está se falando de memória, porquanto nela funciona a repetição. A memória trabalha e é trabalhada, pois, na própria construção da língua, e isto constitui o fundamento do que entendemos como discurso. Podemos dizer então que há memória na língua. Há memória discursiva já na língua, não em uma dimensão suposta como ulterior a ela. Para significar, a

língua supõe memória ao se dar como repetição.

A repetição, ao ser frequente, torna-se regularidade e constitui memória discursiva, um já-dito em outro lugar. Mas mesmo em sendo memória, pode ser perturbada e desconstruir-se, conforme diz Pêcheux (2007, p. 54):

[...] essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

Ou seja, a repetição, em nosso caso, da materialidade significativa da propaganda exposta frequentemente na mídia, constrói a regularidade discursiva que possibilita a ruptura e a inscrição em outra memória, provocando outros efeitos de sentidos. Essa possibilidade de ruptura, que estamos chamando de reformulação é o que pretendemos compreender pelo funcionamento das diferentes materialidades discursivas na peça publicitária *Igualdade na Política*.

O silêncio para Orlandi (1995, p. 37) tem várias formas, e entre essas formas, destaca o silêncio fundador e a política do silêncio ou o silenciamento, sendo que esta última se divide em silêncio constitutivo ou anti-implícito e silêncio local. O silêncio fundador é o princípio mesmo de toda significação, o silêncio das palavras, que “atravessa as

palavras” e é “matéria significante”, assim como a língua o silêncio significa, mas de forma diferente. O silêncio constitutivo ou anti-implícito “nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente ‘outras’)”, e o silêncio local é “a censura propriamente, compreendida como aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”.

Consideraremos a noção de prática discursiva que Orlandi (1995) trouxe de Maingueneau, ao dizer que, pensando como prática discursiva,

pode-se aproximar, no funcionamento das diferentes linguagens, aquilo que constitui uma relação produtiva na semelhança entre elas, e de distinguir o que é lugar de peculiaridade irreduzível e de diferenças constitutivas da especificidade dos distintos processos significantes dessas diferentes linguagens (ORLANDI, 1995, p. 46).

Nessa mesma linha, Souza (2001, p. 70) afirma que “a palavra fala da imagem, a descreve e a traduz, mas jamais revela a sua matéria visual”, pois o que permite a existência da forma material da linguagem é sua visibilidade e não sua co-relação com o verbal, o que não impossibilita a imagem de ser lida, já que se constitui também em texto e em discurso, por isso a leitura da imagem é diferente da leitura da palavra. E a incompletude da imagem possibilita, pelo olhar, recortes de elementos de sua constituição que se reproduzem em “outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita” (SOUZA, 2001, p. 73). Esse “conjunto de elementos visuais possíveis de recorte”, a autora define como operadores discursivos que favorecem “uma rede de associações de imagens, o que dá lugar à tessitura do texto não-verbal” (SOUZA, 2001, p. 74) e que também produz repetição e regularidade.

Faremos, a seguir, uma descrição e análise dos processos discursivos que funcionam, pelas diferentes linguagens, na peça publicitária – a materialidade do não-verbal e do efeito visual nos enunciados e a materialidade linguística desses mesmos enunciados – que produzem



sentidos de outra posição social da mulher, constituindo uma nova memória discursiva.

### **3. Reformulação e memória**

A peça publicitária da Justiça Eleitoral é composta de cinco sequências fílmicas e suas respectivas narrativas, que chamaremos de sequência discursiva (SD). Os dois enunciados narrados e impressos em cada sequência de filme, chamaremos de enunciado formulado e enunciado reformulado, respectivamente, conforme a ordem de narração e impressão na SD.

A constituição das cenas das SDs se dão pela inscrição da nova posição discursiva na memória que significa igualdade feminina, sentidos que se dão pelas imagens e pelo enunciado reformulado nas cenas, mas que é silenciado no dizer do locutor. E a posição que recorta a FD da desigualdade feminina é silenciada nas imagens de todas as sequências, mas significa pelo dizer do locutor e pelo registro do enunciado formulado nas cenas do filme. Assim, as cenas apresentam elementos icônicos que produzem a inscrição nessa outra memória que vem se constituindo para a mulher.

Na propaganda do TSE, a materialidade significativa é constituída de linguagem verbal e linguagem não-verbal, que se relacionam produzindo sentidos que se inscrevem numa outra memória sobre a mulher. Sobre as diferentes linguagens, que tratam dos efeitos do verbal sobre o não-verbal, Orlandi (1995) diz que seus estudos sobre o silêncio (ORLANDI, 1992-2002) a ajudaram a compreender a “importância da diferença do verbal e do não-verbal” (ORLANDI, 1995, p. 36). Ao retomar esse estudo, afirma que há

uma necessidade do sentido que só se significa pelo silêncio, e não por palavras [...] há uma necessidade no sentido em sua materialidade, que só significa por exemplo na música, na pintura, etc. [...] são diferentes relações com o sentido que se instalam (ORLANDI, 1995, p. 39).

As materialidades significantes, na perspectiva discursiva, se dão por diferentes linguagens e, por isso, por diferentes formas, que

devemos considerar em nosso texto, nas descrições e análises a serem feitas.

Apresentaremos recortes das SDs do filme *Igualdade Política*, como ilustração. Inicialmente apresentamos o recorte SD1 e a respectiva descrição e análise:



SD1: Sequência discursiva 1 do filme *Igualdade na política*  
Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>

Nas cenas dessa sequência, podemos destacar os operadores discursivos (SOUZA, 2001): hangar, uniforme, os jatos, a posição na cabine de comando do jato e os próprios aviões, que produzem, na discursividade do acontecimento, sentidos para um lugar social antes, ou até pouco tempo, não ocupado pela mulher (a mulher no ambiente da aviação, no máximo, era aeromoça, um lugar auxiliar), como piloto de aviões, produzindo sentidos que se inscrevem em outra posição de memória, como a igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem, da mulher social e profissionalmente capaz de ocupar/executar posições, lugares antes de exclusividade masculina.

Em SD1 temos a imagem de uma mulher caminhando por um hangar em direção a um jato executivo, vestida com uniforme de piloto, com o quepe de comandante. A personagem, na cena seguinte, aparece na cabine de comando do jato, na posição de piloto, e a o locutor da propaganda, com voz masculina, diz:

(1) *Mulher só sabe pilotar fogão.*

Esse enunciado produz sentidos que se inscrevem na formação de desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem, significando a mulher que *sabe só pilotar fogão*, só sabe cozinhar. Esse sentido se dá pelo efeito de que os elementos linguísticos *só* e *fogão* produzem na e pela estrutura do enunciado, e sem esse efeito, sem esses elementos, teríamos “a mulher sabe pilotar”, sentido silenciado e que não significa em (1). A relação, então, entre os significante *só* e *saber* faz com que o saber seja reduzido a tarefas domésticas que se especifica pela relação estabelecida entre *pilotar* e *fogão*, ou seja, atribui à mulher somente habilidades exclusivas do lar (da cozinha), que a impedem de ascender profissionalmente às tarefas masculinas. Esse efeito da memória na língua pela repetição significante se torna regularidade que se inscreve na memória e produz sentidos (PAYER, 2006).

É importante destacar que no enunciado *Mulher só sabe pilotar fogão*, a mulher é significada pelos sentidos naturalizados de saber cozinhar, ser do lar, ser mãe, cuidar da casa e outras tarefas diárias que significam a mulher não por um lugar profissional ocupado apenas pelo homem, mas por aquele que, histórica e socialmente, a relaciona com a família e o lar, silenciando outros predicados da mulher que ainda não

irromperam nos espaços de trabalho profissional da sociedade brasileira.

O lugar da mulher como piloto de fogão, na sequência do filme, se altera com o jogo das palavras *só* e *fogão* que se despregam/se descolam, projetando outro efeito de sentido na reformulação de outro enunciado:

(2) *Mulher sabe pilotar.*

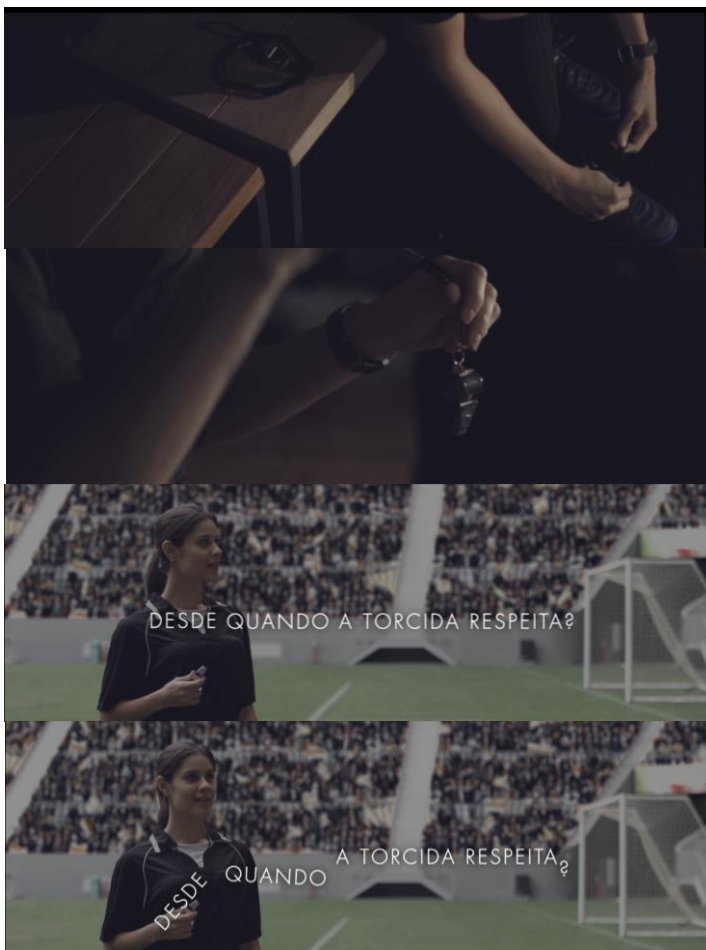
Pelo efeito dos elementos linguísticos *só* e *fogão* que caem do enunciado (1) até desaparecerem na parte inferior da tela, temos o apagamento das relações linguísticas que produziram, nesse dizer, sentidos que se inscreviam em (1) e que agora são silenciados. A reformulação do enunciado em (2) projeta sentidos de igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem, passando a significar um novo lugar para a mulher. É uma nova relação entre os significantes que permaneceram e reformulam a estrutura do enunciado, produzindo uma nova repetição e nova regularidade na língua que inscrevem em (2) outros lugares profissionais para a mulher, antes exclusivos aos homens, o que acontece também pela repetição dos operadores discursivos dessa sequência, que antes eram específicos aos homens e que em (2) regularizam sentidos também para a mulher. Pela não ocupação dos lugares na estrutura sintática em que antes funcionavam os elementos *só* e *fogão*, outros sentidos no enunciado (2) se constroem para a mulher, constituindo-a de habilidades para pilotar avião/jato, mas também para pilotar outros veículos, instrumentos, objetos, equipamentos, e não apenas o fogão. O enunciado (2), ao contrário de (1), não é narrado pelo locutor, mas a linguagem não verbal (as imagens) nas cenas finais da sequência, sustentam a nova posição da mulher com direito à igualdade com o homem, ao mostrar a sua imagem uniformizada, no hangar entre dois aviões, olhando para a câmara, que sustenta a sua posição de direito à igualdade com o homem.

Nessas análises, encontramos duas formações discursivas (FDs):

1. FD1 – A desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem;

2. FD2 – A igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem.

Passemos à SD2:



SD2: Sequência discursiva 2 do filme *Igualdade na política*  
Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>

Temos, nessa sequência, operadores discursivos que constituem sentidos para a mulher enquanto árbitra de futebol, autoridade máxima em campo no futebol, e nessa sequência os operadores fazem funcionar a memória de igualdade feminina em mais outra área, que antes era de exclusividade masculina, o futebol, principalmente na área de arbitragem. Os operadores que constituem essa memória são o ambiente do vestiário, as chuteiras, o túnel, o uniforme de árbitra, o gramado com a torcida e principalmente o apito que significa a posição-sujeito juiz, que arbitra competições desportivas.

Na SD2, a personagem está com uniforme de árbitro de futebol, no vestiário de um estádio, amarrando suas chuteiras, traz o apito no pescoço e sobe o túnel de acesso dos vestiários ao gramado de um estádio de futebol, adentra o campo, vistoria as redes dos gols e surge no campo apta para apitar a partida sob os olhares da torcida. Uma voz feminina, dessa vez, diz:

(1) *Desde quando a torcida respeita?*

Esse enunciado se inscreve na memória de desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem (FD1) por significar o lugar profissional de árbitro de futebol como inviável à ocupação feminina, porque a torcida não tem respeito pela mulher como árbitra, não é respeitada pela torcida, e pelos atletas também, sentidos silenciados nas imagens da sequência. Os significantes *desde* e *quando*, que na formulação funcionam como uma expressão temporal, e a interrogação produzem efeitos de sentido que inscrevem o enunciado (1) no lugar de memória de desigualdade profissional com o homem, e podemos parafrasear esse enunciado por outro enunciado como: “em tempo algum a mulher foi respeitada como árbitra de futebol”. Esses sentidos significam que o lugar profissional de árbitra é inviável para ocupação da mulher, não por um saber, como em SD1, mas por falta de respeito, ou seja, em SD1 a significação se dava por um não saber, em SD2 acontece por não ter respeito.

Pelo mesmo efeito do quadro anterior, a expressão significativa *desde quando* e o ponto de interrogação se desprendem e desaparecem da imagem, e o enunciado é reformulado por:

## (2) *A torcida respeita*

Os elementos linguísticos que na formulação do enunciado (1) a inscreviam em FD1, ao serem apagados, silenciam também sentidos dessa FD, e outro enunciado, *a torcida respeita*, produz sentido e a inscrição em FD2, de igualdade profissional entre homens e mulheres, significada agora por existir respeito pela torcida à mulher como árbitra de futebol, e também como de outros esportes, o que é silenciado pelas imagens que representam somente o futebol, mas que significam também pelo próprio silêncio que se constitui pela incompletude das materialidades significantes que funcionam no filme. Isso, além de estar silenciado, está significando o respeito não somente da torcida, como de dirigentes, atletas e de todos envolvidos nos esportes.

O enunciado (2) *A torcida respeita* é silenciado pela voz da narradora, mas significa nas cenas finais em que aparece a personagem no gramado do estádio de futebol, segurando o apito, tendo a arquibancada com a torcida ao fundo, com respeito, regularidades que inscrevem a mulher em (2) na posição de igualdade profissional em relação ao homem no esporte. São regularidades que se significam pelas materialidades significantes, operadores discursivos e significantes linguísticos que funcionam no dizer da propaganda, que a mulher tem habilidade para arbitrar com respeito da torcida.

Vislumbramos nessas análises as mesmas formações discursivas, agora com a mulher na posição de árbitro de futebol:

1. FD1 – A desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem;
2. FD2 – A igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem.

Em SD3:



SD3: Sequência discursiva 3 do filme *Igualdade na política*  
Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>



Vemos, nas cenas iniciais dessa sequência discursiva, a mão de uma pessoa apontando com o dedo alguém aspecto num projeto de construção. Na cena seguinte, aparece a imagem de uma mulher, usando um capacete branco, equipamento de proteção individual (EPI), com o respectivo projeto, orientando ou se informando com um dos operários que trabalha na construção sob a sua responsabilidade.

A sequência SD3 traz operadores que produzem efeitos de sentido para a mulher como engenheira, como responsável pela condução da construção, construindo um novo lugar da mulher num ambiente de trabalho até então estrito aos homens. Essa nova posição da mulher se sustenta e se significa pelos seguintes operadores discursivos: as imagens da obra em construção, os equipamentos próprios de construções, a planta nas mãos da personagem, a presença do operário e o capacete branco usado como proteção na área de construção civil, cuja cor é reservada a dos engenheiros. São operadores que produzem sentidos para a igualdade da mulher em um outro lugar profissional na relação com o homem (FD2).

Na próxima cena, a personagem feminina está olhando para algum ponto da construção, quando um narrador masculino diz:

(1) *Mulher na obra nunca dá certo.*

O enunciado (1), que chamamos de enunciado formulado, produz sentidos que se inscrevem na FD1, a desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem *na construção de obras*, sentidos que significam a obra como lugar não pertencente à mulher. Nesse dizer, o efeito de sentido se produz pelo funcionamento do significante *nunca* na relação com os outros significantes da estrutura formulada, que produz sentidos de impossibilidade, de negação de a mulher dar certo em obras, seja como engenheira ou como operária, pois esse lugar é de ocupação masculina, sentido que não é dito, mas significa no enunciado (1). O efeito de negação produzido por *nunca* não é uma negação que acontece somente no presente desse enunciado, pois o significante *nunca* produz um sentido temporal, que traz como memória sentidos como *jamais*, *em tempo algum*, ou seja, o não dar certo jamais aconteceu, em tempo algum aconteceu e não acontece de a mulher dar certo em construção de obra. Um lugar profissional para mulher

significado pela impossibilidade de ser ocupado, de dar certo que a mulher ocupe, de desigualdade na relação com o homem.

Na continuação da propaganda, a palavra *nunca* se desprende do enunciado e cai e o enunciado se reformula em:

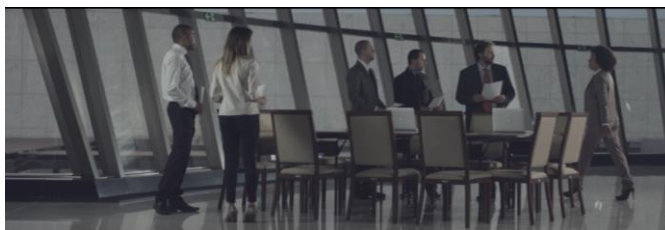
(2) *Mulher na obra dá certo.*

Na reformulação do enunciado, devido ao apagamento do significante *nunca*, os efeitos de sentidos do enunciado (2) se inscrevem na FD2, igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem. A mulher que não dava certo em obra, nessa outra posição de memória, significa por dar certo, por ser possível desenvolver atividades em obras de construção, lugar de comando, de coordenação, que não estão ditos no enunciado, mas estão significando na expressão *Mulher na obra* todos os lugares na obra que podem ser ocupados pela mulher.

Vemos que as formações discursivas que seguem inscrevem a mulher na posição do homem na edificação de obras:

1. FD1 – A desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem;
2. FD2 – A igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem.

A seguir alguns recortes de SD4:





SD4: Sequência discursiva 4 do filme *Igualdade na política*  
Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>

Na sequência SD4, a imagem feminina surge entrando numa sala de reuniões de uma empresa, que se caracteriza pela composição do ambiente, disposição de uma mesa e de cadeiras e algumas pessoas ao redor da mesa. A imagem feminina, vale ressaltar, é representada por uma personagem afrodescendente.

As imagens que compõem as cenas produzem sentidos significando a mulher que adentra a sala de reuniões para dirigir uma reunião, uma

posição de comando ou de direção, de quem dirigirá a reunião. O ambiente formal da sala e pessoas presentes, a forma como se dirige ao interlocutores, constituem operadores discursivos que sustentam a igualdade profissional da mulher na relação com o homem e a ascendência da mulher afrodescendente a essa igualdade também.

Nessa sequência, uma voz feminina diz:

(1) *Nenhuma mulher chegou à diretoria.*

A impossibilidade de a mulher ocupar cargos relevantes em empresas, como diretoras ou executivas, se sustenta pelos sentidos da materialidade linguística do enunciado (1) narrado por uma locutora. Esse enunciado, pela afirmação que produz, significa o lugar profissional de diretorias de empresas que não são ocupados por mulheres pela impossibilidade de galgar essa posição. Esse sentido se dá pelo efeito da relação do significante *nenhuma* com os outros significantes que estruturam o enunciado, sentido de negação de algo a alguém, no caso à *mulher*. O efeito de negação produzido pelo significante *nenhuma* não nega a possibilidade de a diretoria ser ocupado por mulheres, mas não disponibiliza para mulher esses lugares, por isso é um lugar ocupado por homens, específico para homens. Sentido que acontece pela inscrição na FD1, de desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem.

Na continuação do filme, caem as palavras *nenhuma* e *mulher*, ficando reproduzido, e silenciado pela narradora o enunciado reformulado:

(2) *Chegou à diretoria.*

O enunciado (2), significa pela FD2, igualdade entre homens e mulheres, pelo apagamento da expressão *nenhuma mulher*. Na reformulação do enunciado, pela não ocupação do lugar sintático de sujeito, temos o silenciamento de quem *chegou à diretoria*, mas pela sustentação discursiva dos significantes imagéticos e pela retomada na SD do enunciado reformulado em (2), a ocupação do lugar sintático remete à mulher, à personagem feminina que protagoniza a sequência, ou seja, a mulher que chegou e continua chegando à diretoria, galgando

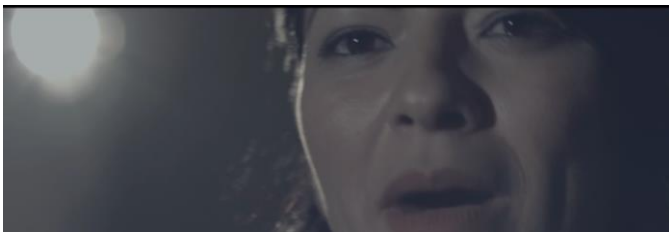
lugares hierárquicos de diretoria em empresas, mais uma posição profissional de igualdade ao homem.

Outro sentido que funciona pela materialidade não-verbal nessa SD, a representação feminina por uma mulher afrodescente, recorta outra memória discursiva, da desigualdade ou discriminação no Brasil, no caso, a impossibilidade de uma mulher e afrodescente ocupar cargos de comando e gestão em diretorias. Na materialidade linguística esse sentido é silenciado tanto em (1) como em (2). Porém em (1) o funcionamento do significante *nenhum* significa também por essa memória da desigualdade feminina, de que a ocupação de cargos de comando por mulheres é uma impossibilidade, principalmente em sendo uma afrodescente. Em (2), a materialidade linguística é sustentada pela materialidade imagética e produz efeitos de sentidos para a reformulação da memória em uma em que a mulher, e afrodescente, ocupa cargos de diretoria em empresas em igualdade com os homens.

Novamente temos duas formações discursivas, porém em discursos que colocam a mulher em posição diferente assumida anteriormente e que produz sentidos também para a igualdade entre raças, representado na SD pela personagem afrodescente:

1. FD1' – A desigualdade do lugar profissional da mulher, também afrodescente, em relação ao homem;
2. FD2' – A igualdade do lugar profissional da mulher, de qualquer raça, em relação ao homem.

Finalizando, apresentamos a SD5:





SD5: Sequência discursiva 5 do filme *Igualdade na política*  
Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>

Em SD5, a câmera inicia com o close do rosto da imagem de uma mulher, mostrando-a num púlpito, falando para uma plateia. Diferente das sequências anteriores, a narração não acontece e a materialidade linguística se dá pelo dizer da personagem feminina que discursa à plateia. As imagens das cenas se inscrevem em FD2 que trazem como operadores o púlpito e a oradora, a plateia, operadores que inscrevem a

mulher numa outra memória, como a de igualdade profissional da mulher em relação ao homem, desta vez no âmbito da política.

O discurso da mulher aparece também gravado na tela:

(1) *Está na hora de derrubarmos mais um rótulo, a desigualdade na política. Nós já tivemos várias conquistas, mas precisamos ir em frente. Faça você parte das decisões de seu bairro, da sua comunidade, do seu município. Quanto mais participação feminina na política, mais democracia.*

Na cena 01, ao dizer *Desigualdade na política*, essa expressão na cena 2 aparece com o prefixo *des* se desprendendo e desaparecendo na parte inferior da tela, ficando destacado *Igualdade na política* na tela, que é silenciado no discurso da personagem.

A SD5, ao finalizar a propaganda, produz efeito de unidade para a propaganda, silenciando sentidos da FD1, de *desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem*, aqui parafraseado por *desigualdade na política*, e significando FD2, *igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem*, por *igualdade política*. Com a igualdade que a mulher vem conquistando na vida profissional e social, conforme a discursividade produzida pelas sequências anteriores, também é preciso a participação das mulheres na política, fazendo *parte das decisões de seu bairro, da sua comunidade, do seu município*, como eleitoras, como candidatas e como eleitas como representantes de seu eleitorado, ou seja, a *participação feminina na política* significa a ampliação da democracia.

A *desigualdade na política*, FD1, é significada por *rótulo* no discurso da mulher, como algo que indica o conteúdo do que se rotula, uma qualificação dado por alguém mas que, necessariamente, não significa o conteúdo. A *igualdade política*, FD2, por sua vez, é uma *conquista*, dentre outras, como são as *conquistas* significadas nas demais sequências da propaganda que, pela reformulação da materialidade linguística e imagética, produzem sentidos para outro espaço de memória discursiva sobre a mulher por sua igualdade profissional, social e política ao homem. Como nas sequências anteriores, temos duas formações discursivas:

1. FD1 – A desigualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem;
2. FD2 – A igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem.

#### 4. Algumas considerações

Essa campanha publicitária, promovida pelo TSE, produziu sentidos sobre a participação feminina nas eleições municipais de 2016, tanto como eleitoras como candidatas aos cargos eletivos disponíveis, não somente nas eleições daquele ano, como nas demais eleições vindouras no Brasil.

Os discursos produzidos pela peça publicitária *Igualdade na política* já circulam socialmente, funcionando como um já-dito, sobre as diversas posições da/sobre a mulher na sociedade. Na política, em cargos eletivos, os efeitos de sentidos se produzem não somente pelo filme, mas também pelo título da campanha *Mulheres na Política*, no título da peça publicitária campanha *Igualdade na Política* e *A voz feminina precisa ser mais ouvida*, respectivamente, e no discurso da personagem mulher projetada em SD5, *quanto mais participação feminina na política, mais democracia*.

A materialidade significativa produz o efeito visual de reformulação das estruturas linguísticas que compõem as SDs, ou seja, as palavras que se despregam dos enunciados e caem em direção à borda inferior da cena, até desaparecerem, e como num jogo de palavras, aparecem organizadas em uma nova estrutura com sentidos outros e outra inscrição de memória, outra posição interdiscursiva. Por esse efeito, temos assim a reformulação do enunciado, e uma nova posição sujeito da mulher, que vêm se constituindo como sentidos inscritos em uma outra memória sobre a mulher, numa posição social de igualdade ao homem.

Por essas descrições e análises que vimos fazendo da materialidade discursiva do filme publicitário, a inscrição naquilo que estamos chamando de outra memória discursiva sobre o lugar social da mulher se dá pela ruptura com a memória de desigualdade feminina e a inscrição numa outra posição de memória. O efeito de ruptura, de reformulação, acreditamos que se dá pelo trabalho do silêncio,



conforme Orlandi (1992) conceitua o silêncio, mais precisamente pelo efeito da política do silêncio, do silenciamento, ou mais precisamente ainda pelo silêncio constitutivo, pois as palavras que compõem os enunciados formulados, que se significam pela FD1, *desigualdade da mulher*, silenciam e se apagam e a outra memória que está formando a FD2, pelo efeito da reformulação, chamamos de *igualdade do lugar profissional da mulher em relação ao homem* na área da aviação civil, esporte, engenharia civil, diretoria de empresas e política, sustentada pela reformulação linguística e pelos operadores discursivos das imagens que produzem outros lugares e outras memórias para a mulher.

Porém, ao reformular posições de memória discursiva e produzir sentidos para outra FD, no caso FD2, as sequências discursivas da propaganda, ou as materialidades significantes, mesmo silenciando sobre o lugar do homem, esse lugar é significado, pois FD2 é de *igualdade* entre homens e mulheres, e esse significante produz sentidos também para o homem, pelo que Orlandi (1992/2002) chamou de silêncio fundador.

Assim, nesse jogo de ruptura e reformulação, de repetição e regularidade entre significantes, sentidos e memória, vemos o trabalho do silêncio que se realiza por entre as FDs, pela incompletude, pela “possibilidade do dizer vir a ser outro [...] efeito de contradição entre formações discursivas e da própria relação de uma formação discursiva com ela mesma, em sua heterogeneidade” (ORLANDI, 1995, p. 39), o que é tratado como incompletude, que sempre vem junto com o possível.

### **Referências bibliográficas**

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 11-21.

ALMEIDA, Eliana. Poesia: uma história das idéias linguísticas”. *In*: DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza A. R. da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (Org.). **Linguagem, História e Memória** – discursos em movimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 103-112.

ALMEIDA, Eliana. Fime O Cheiro do Ralo: discurso memória e sujeito. *In*: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Nº 34 - jul-dez 2014.

Campinas, SP: CNPq - Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Editora RG, 2014. p. 115-131.

INDURSKY, Freda. A representação do MST na mídia: discurso verbal e não-verbal. In: ZANDWAIS, A. & ROMÃO, L. M. S. (orgs.). **Leituras do Político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 173-200.

MARIANI, Bethânia & ALMEIDA, Eliana de. **Entre Pêcheux, Althusser e Lacan**: Uma Carta sempre chega ao seu destino? Editora da USP: SÃO PAULO, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35-47, jun. 2005. ISSN 2179-9911. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914/6517>>. Acesso em: 17 nov. 2018. Doi: <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638914>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O próprio da Análise de Discurso. **Escritos nº 3**. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri – Unicamp. 1998. Disponível em:

<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf>

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos nº 4** – Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri – Unicamp. 1999. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. ed. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: ZANDWAIS, A. & ROMÃO, L. M. S. (org.) – **Leituras do Político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 53-64.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do Sociologismo? **Escritos nº 3**. Campinas, SP: Labeurb/Nudecri –

Unicamp. 1988. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf>

PÊCHEUX, Michel. Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. **Revista Escritos nº 4**, Labeurb/Nudecri – Unicamp. Campinas, SP, 1999. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. 2. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

SICARD, Monique. Os paradoxos da imagem. **RUA**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 25-36, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640697>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SOUZA, Tania Clemente de. A análise do não verbal e os usos das imagens nos meios de comunicação. In: **RUA** - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp- NUDECRI. Campinas, SP, nº 7, março, 2001.

ZATTAR, Neuza B. da Silva. A fala do trono: o discurso imperial sem coroa. In: DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza A. R. da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (Org.). **Linguagem, História e Memória** – discursos em movimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 223-244.

ZATTAR, Neuza B. da Silva. Os sentidos do dizer e do não dizer no filme publicitário *Caixa 150 anos*. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos** – Nº 32 - jul-dez 2013. Campinas, SP: CNPq - Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Editora RG, (p. 29-48).

## Notas

---

\* Doutora em Linguística pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – PPGL/UNEMAT.

\*\* Doutorando do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – PPGL/UNEMAT.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>. Acesso em: 27/05/2016.

---

<sup>2</sup> Conforme página do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em: 20/01/2018.